

ENTREVISTA COM RENATO CASAGRANDE

“É preciso separar os líderes do golpe dos meros manifestantes”

Por Tales Faria e Rudolfo Lago

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Casagrande está pronto para debater reforma do Judiciário no Senado

Em entrevista ao Correio da Manhã, ex-governador e candidato ao Senado Renato Casagrande fala da necessidade de discutir dosimetria e uma reforma do Judiciário

Em 2022, então candidato à reeleição no governo do Espírito Santo, Renato Casagrande foi discreto na montagem no estado de palanque para o então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Filiação ao PSB, Casagrande agora apoiará a candidatura do ex-prefeito de Vitória Ricardo Ferraço, do MDB, que lidera as pesquisas. No plano regional, portanto, é possível que faça o mesmo. “Mas no plano nacional, o PSB estará com Lula”, continua. Assim, caso venha a ser eleito e Lula venha a ser reeleito, Casagrande diz que fará parte da base do presidente. Mas guardando independência. Ele, por exemplo, defende que algumas penas pelo golpe de Estado e a manifestantes no 8 de janeiro de 2023 foram exageradas. E defende para elas uma nova dosimetria. Mas não para os líderes da tentativa de golpe. Leia abaixo a entrevista:

Quem terá seu palanque no Espírito Santo? Lula ou Flávio Bolsonaro?

Na verdade, quem dá palanque geralmente é o governador, né? Mas o meu partido é coligado ao PT, na coligação nacional.

Mas o senhor não apoiará no Espírito Santo o candidato do PT ao governo, que é o deputado federal Helder Salomão...

Nosso candidato ao governo é Ricardo Ferraço, do MDB. O MDB certamente não fará coligação com nenhum candidato à Presidência da República. Essa é a tendência do MDB. Então, o candidato nosso ao governo manterá uma certa distância do debate da eleição presidencial. As convenções acontecerão agora em julho e agosto. E o PSB caminhará na direção do apoio ao presidente Lula.

A pergunta tem certa pertinência porque em 2022 o senhor resistiu a dar palanque a Lula no estado...

Em 2022, o PSB fez a campanha do presidente Lula. A minha campanha de governador todo mundo sabia da minha posição. No Espírito Santo, vivemos uma situação sempre de alianças muito amplas. A campanha de governador não podia ficar fazendo palanque para um candidato para presidente da República, se nós tínhamos pessoas na chapa apoiando diversos candidatos. E tínhamos na época mais candidatos do que agora em 2026. Então, a campanha de governador não estava focada em eleição presidencial, tratava da estratégia local. É o que vai acontecer nessa campanha de 2026.

Qual a sua relação com o PT capixaba?

O PT fez parte do meu governo. É uma relação de respeito e de trabalho conjunto. Só que o PT tomou uma decisão de lançar um candidato para poder fazer com exclusividade um palanque para o presidente Lula.

E como será a postura do eventual senador Renato Casagrande num eventual novo governo Lula? O senhor vai compor a base do governo ou terá posição mais independente?

Naturalmente, teremos boa vontade com as pautas importantes encaminhadas pelo governo. Mas eu nunca deixei de ter a minha independência, tá certo? Vai depender muito do assunto, do tema. Um tema importante que teremos de atacar é a questão orçamentária. O Congresso avançou muito sobre o Executivo nesse tempo. E eu acho que é preciso ter uma mudança para manter um equilíbrio maior. E também acho que é preciso discutir os poderes do Judiciário. O Supremo Tribunal Federal, o Judiciário, precisa passar por um grande debate e eu acho que a ocupação dos cargos do Supremo Tribunal Federal precisa passar por um debate.

Por partes, vamos detalhar melhor essa questão das emendas orçamentárias...

O poder Executivo no sistema presidencialista é quem tem o controle da política é o orçamento. E hoje perdeu boa parte desse comando. Isso enfraquece muito o poder Executivo. Então, é preciso que se debata se queremos um presidencialismo forte ou fraco. Ou se queremos mudar para o sistema par-

lamentarista. Do jeito que é hoje, é um sistema que está desequilibrado.

Quanto ao Judiciário, há quem projete que será o grande tema do próximo Congresso. Inclusive, com esse projeto de oposição de eleger senadores em número suficiente para aprovar processos de impeachment de ministros do STF. Como o senhor projeta esse debate?

Do jeito que está, não dá. Hoje, toda questão política que gera discussão o recurso é sempre o Supremo Tribunal Federal. Todos os assuntos. Nem tudo deveria ser tema de julgamento do Supremo. Outra questão é o poder individual de um ministro. A decisão de um único ministro pode anular uma decisão tomada no Congresso Nacional ou qualquer outra instituição sem um debate maior. Essas decisões monocráticas precisam de limitação. É preciso fazer um debate sobre a reforma do poder Judiciário.

Qual a sua impressão dessas denúncias envolvendo o Banco Master? Por exemplo, o contrato com o escritório de advocacia da esposa de Alexandre de Moraes, Viviane Barci? Os casos envolvendo Dias Toffoli?

Nessa reforma do Judiciário, eu defenderei que parentes de ministros estejam impedidos de fazer contrato com quem tem interesse sobre decisões da Corte. E que fiquem proibidos de atuar profissionalmente em assuntos que possam vir a ser julgados pelo Supremo. Não compreendo como um contrato nesse valor possa ter sido assinado. É preciso que se ponha um limite nisso.

O presidente do STF, Edson Fachin, propõe um código de ética para os ministros. E isso gerou reações dentro da Corte. Qual sua posição?

O código de ética pode fazer e deve fazer parte dessa reforma. E não é só ministro do Supremo. A ética tem que permear o trabalho de governadores, ministros, do presidente da República, senadores, deputados. Você não pode usufruir da estrutura de empresário que pode ter interesse a ser discutido no Judiciário. Usar avião particular. Cobrar um valor absurdo para dar palestra. Se a pessoa não tem preocupação em estabelecer esses limites, então tem de haver um código de ética que defina isso.

O senhor já foi mais ligado ao ex-governador Paulo Hartung [PSD], que pode vir a disputar tanto o governo novamente quanto o Senado. O que houve que gerou esse afastamento?

Depois da campanha de 2015, de fato houve um afastamento. Ele foi vitorioso no processo eleitoral. Mas, depois, na condução do governo, foi havendo um afastamento. E nós nunca mais tivemos relacionamento político. Nós tínhamos um acordo em que eu seria candidato à reeleição e, se eu desejasse, seria candidato ao Senado. Mas isso não foi respeitado.

Voltando ao caso Master, qual sua visão sobre essa questão envolvendo o mundo político?

O Daniel Vercaro provocou um tsunami político. Alcançou o senador Flávio Bolsonaro [PL-RJ]. Alcançou o PT. O PP. Ele circulou com muita liberdade por muitos meios políticos. O ruim é que fica

no cidadão essa visão de que tudo na política envolve negociação financeira. Isso é um câncer.

Eduardo Bolsonaro acaba de ser condenado. Jair Bolsonaro foi condenado. Qual sua avaliação quanto aos processos que envolvem o clã Bolsonaro? O senhor daria indulto a Jair Bolsonaro?

Eu não tenho como ficar opinando sobre as decisões da Justiça.

Mas há uma discussão sobre anistia ou dosimetria, redução de penas, que envolve o Congresso...

Anistia eu não sou favorável. Mas eu sou favorável a um maior equilíbrio nas penas. A questão da dosimetria. Acho que temos que separar as pessoas que foram levadas sem uma visão estratégica para um movimento político que se transformou depois foi numa agressão às instituições das pessoas que tiveram liderança nesse processo. Você condenar uma pessoa que foi fazer manifestação em Brasília sem saber se haveria uma agressão às instituições por 15 anos, 20 anos. Privá-la de liberdade. Acho que algumas penas precisam ser revistas.

E Bolsonaro e os generais?

A decisão sobre Bolsonaro não tem nada a ver com essas com isso.

O senhor avalia, então, que houve uma tentativa de golpe?

Sim. Tudo aponta para isso. Houve uma articulação envolvendo o presidente e outras pessoas que, sem dúvida alguma, estavam interessadas em aplicar um golpe de Estado no país.

O senhor era governador até há poucos dias. Duas decisões tomadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afetam os estados brasileiros. Primeiro, o tarifaço sobre produtos que os estados produzem. E a questão da classificação das facções criminosas como crime organizado. Como elas afetam o Espírito Santo?

O tarifaço afeta fortemente o Espírito Santo. Somos um estado de comércio exterior muito forte. Produção de café, pedras ornamentais. Essa política de Trump é ruim para a economia mundial e para a economia capixaba. No caso das organizações criminosas, nosso risco é Trump. Eu não vejo problema de enquadramento das organizações criminosas como grupos terroristas. Porque, em alguns momentos, o que fazem são mesmo atos terroristas. Mas o problema é dar esse instrumento a alguém perigoso e imprevisível como o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.